



HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 30.540.991/0001-66

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AGO

Os Administradores da Haga S.A. Indústria e Comércio, nos termos da legislação societária e normas da CVM vigentes, submetem a apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2018, nos termos a seguir:

I) AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA E O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pelos Auditores Independentes – **LMPG** Auditores Independentes – submetidos previamente à manifestação do Conselho de Administração em reunião realizada em 07 de março de 2018, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia.

O Conselho de Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem estes documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e, caso necessário, solicitem previamente esclarecimentos sobre eventuais dúvidas, a fim de deliberarem sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório de Administração.

Apresentamos como **ANEXO I** da presente proposta, os comentários dos administradores acerca da situação financeira da Companhia.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia correspondem ao item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM 480/2009, conforme determina o Art. 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/2009.

II) DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Resultado Líquido Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2017, foi de prejuízo no montante de (-) R\$ 1.405.676 (Um milhão, quatrocentos e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais), que se soma ao prejuízo acumulado e ao patrimônio líquido negativo.

As informações referentes ao Resultado Líquido estão devidamente refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais foram divulgadas nos termos da legislação vigente. Estão apresentadas no **ANEXO II** as informações requeridas pelo “Anexo 9-1-II”, conforme Artigo 9º Parágrafo Único, incisos I e II da Instrução CVM 481/2009.

III) ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

A Companhia informa que recebeu indicação de chapa para Compôr o Conselho de Administração, cuja eleição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2018.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por 05 (cinco) membros, todos acionistas, sendo um deles seu Presidente, eleito pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

A Eleição de membros para o Conselho de Administração da Companhia para o triênio 2018 a 2021, formado por uma chapa única e completa de candidatos, ocorrerá mediante processo de votação majoritária, salvo se requerida a adoção do processo de voto múltiplo e/ou votação em separado.

A Administração da Companhia considerando as indicações de acionistas representativos informa os nomes de seus candidatos e os respectivos cargos conforme abaixo:

Pelo Acionista Controlador:

José Luiz Abicalil – Presidente do Conselho de Administração

Ney Coelho Rodrigues - Conselheiro

Braulio Rezende Filho - Conselheiro

Pelos Acionistas Minoritários:

Antonio Ranha da Silva - Conselheiro

Pelos Acionistas Preferencialistas

Gustavo Adolfo Traub - Conselheiro

Estão apresentadas no **ANEXO III** as informações dos Administradores cujo mandato se encerra em 30 de abril de 2021, requeridas pelo Artigo 10º da Instrução CVM 481/09, constantes dos itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09.

IV) REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA EXECUTIVA.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia manter a remuneração mensal global dos Administradores em até R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), corrigida anualmente no mínimo pelo reajuste da categoria e acrescida, quando aplicável, do pagamento de despesas de INSS, FGTS, férias, 13º e participação nos resultados.

As informações requeridas no Art. 12 da Instrução CVM 481/2009, item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/2009, estão disponíveis no **ANEXO IV** da presente proposta.

V) BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA.

Conforme previsto no artigo 21-A e seguintes da Instrução CVM 481/2009, os acionistas da Companhia poderão encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia, mediante o preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância (BVD).

Nova Friburgo, 15 de março de 2018.

José Luiz Abicalil

Diretor de Relações com Investidores

ANEXO I

ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Haga S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o resultado de suas operações, as mutações do seu passivo a descoberto, os seus fluxos de caixa e seus valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2017, foi negativo na ordem de (-) R\$ 1.405.676 (Um milhão, quatrocentos e cinco mil seiscentos e setenta e seis reais), contra um lucro Líquido de R\$ 3.270.468 (três milhões duzentos e setenta mil quatrocentos e sessenta e oito reais) em 31/12/2016, uma inversão de resultado resultante da perda de receita, do aumento de custos não repassados aos preços e do reconhecimento de R\$ 1.658.824 - valor excedente do provisionado em períodos anteriores, por condenação em Processos Judiciais que discutiu cobrança de dívida originada no período da gestão anterior, hora em fase de liquidação de sentença.

CONSOLIDADO	2017	2016	2015
Receita Líquida em R\$	24.410.448	26.475.364	29.639.628
Lucro líquido em R\$	- 1.405.676	3.270.468	3.146.460
Margem líquida	-5,76%	12,35%	10,62%

O nível de atividade da Companhia reflete os indicadores da Economia Brasileira e, em especial, a forte desaceleração da indústria da construção civil, ocorrida de forma intensa desde o último trimestre de 2014.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2017, um crescimento do Ativo Circulante Consolidado de R\$ 46.421.659 em 2016 para R\$ 48.760.019 em 2017 e, no Passivo Circulante Consolidado, de R\$ 24.886.518 em 2016 para R\$ 26.143.003 em 2017; situação que sinaliza uma manutenção nos indicadores da Companhia. O índice de liquidez corrente, que foi de 1,65 no ano de 2015 e de 1,865 em 2016, no ano de 2017 fechou em 1,865, praticamente o mesmo índice do ano anterior, indicando que, apesar das dificuldades presentes na economia brasileira, a administração da companhia consegue manter e preservar seu caixa.

O Patrimônio Líquido Negativo, derivado de prejuízos acumulados em exercícios anteriores a 2008, que vinha se apresentando num processo de regressão, volta a subir em função do prejuízo ocorrido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, porém, com tendência de ser revertido em longo prazo, pelo resultado da aplicação das seguintes medidas: 1 - Em função de repactuação do passivo; 2 - Pela retenção de lucros.

Consolidado	2017	2016	2015
Capital de Giro	22.617.016	21.535.141	15.790.424
Índice de Liquidez Corrente	1,865	1,865	1,650
Caixa	38.511.308	36.063.173	29.086.130
Prejuízos Acumulados	(101.941.176)	(100.535.500)	(103.805.968)

Patrimônio Líquido	(82.977.953)	(81.572.277)	(84.842.745)
---------------------------	---------------------	---------------------	---------------------

Apesar do Patrimônio Líquido Negativo em 31 de dezembro de 2017, indicando que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar obrigações de longo prazo, a Administração da Companhia, no curto prazo, não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, dos lucros auferidos em exercícios anteriores, da equalização do passivo, principalmente das obrigações relacionadas às rubricas de Empréstimos e Financiamentos e, mais recentemente, pelas previsões de retomada da atividade econômica ainda no exercício de 2018 - relatório Projeção Focus, BCB de 19/02/2018.

O Custo do Produto Vendido de 70,37 % sobre a Receita Líquida em 2017 contra 65,37 % em 2016, reflete os aumentos de custos ocorridos fortemente nas matérias primas, nos insumos e na Mão de Obra impactada pelo acordo coletivo da categoria, assim como, a impossibilidade de repassá-los aos preços de venda face à grave recessão econômica e fragilidade do mercado.

Consolidado	2017	2016	2015
Custo do Produto Vendido	17.178.673	17.307.448	19.360.648
Receita Líquida	24.410.448	26.475.364	29.639.628
CPV / Receita Líquida	70,37%	65,37%	65,32%

O Custo de Materiais teve sua participação majorada de 30,35 % em 2016, para 32,76 % em 2017, devido ao aumento substancial nas cotações do Zinco na “Bolsa de Londres – LME”, insumo de uso intensivo em nossos produtos, além dos aços e de produtos químicos. O aumento de custo observado no item Mão de Obra direta, de 17,61 % em 2016, para 19,52% em 2017, está diretamente relacionado aos reajustes salariais de acordo com as orientações do Sindicato Patronal “SINDMETAL”.

O mercado de commodities metálicas, como Alumínio, Cobre, Níquel e principalmente do Zinco, insumos de uso intensivo em nossos produtos, tende apresentar alta volatilidade, com nível de preços sensíveis aos movimentos da economia mundial, além da variação cambial.

As despesas com vendas se encontram adequadas ao nível da atividade e da estratégia adotada pela Companhia, R\$ 3.486.596, 14,28% da receita líquida em 2017 contra R\$ 3.388.428, 12,80% da receita líquida em 2016, assim como, igualmente analisadas sobre a receita líquida, as despesas Administrativas e Gerais de R\$ 3.588.792 (deduzidas de R\$ 1.658.824, valor excedente do provisionado em períodos anteriores, por condenação em Processos Judiciais – já citado acima), 14,70% no ano de 2017 e R\$ 3.524.356, 13,31% no ano 2016, ambas situadas em patamares condizentes com o porte e com o nível de atividade da Companhia.

Todos os bens adquiridos nos últimos 5 anos encontram-se desembaraçados e livres de quaisquer ônus, ao contrário daqueles outros anteriores, comprometidos em garantia de execuções fiscais.

	2017	2016	2015
Compras de Imobilizado	1.027.332	760.159	924.414

Oportuno mais uma vez destacar, o aumento da carga tributária decorrente da majoração de alíquotas, da incidência da Substituição Tributária no âmbito do ICMS, da instituição de novas taxas e tarifas, da contínua redução de benefícios fiscais, do incremento do ICMS para as operações de venda a não contribuintes para fora do Estado, tais como Construtoras - com impacto direto no fluxo de caixa da companhia dado especialmente ao recolhimento antecipado de tal tributo, assim como, o aumento do FECF - “Fundo Estadual de Combate a Pobreza”, majorado em 50% - passando de 2% para 3%.

O maior passivo Tributário da Companhia, que concerne a Tributos Federais, deixados de recolher em períodos anteriores a administração da atual gestão, encontra-se parcelado nos termos da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 – REFIS, cujas parcelas apuradas com base em percentual do faturamento mensal, sem prazo definido na lei para liquidação, são cumpridas integralmente nas bases contratuais e legalmente estabelecidas. Entretanto neste item, ante o grau de relevância e risco, a Administração da Companhia entende pertinente destacar sua especial atenção ao ordenamento jurídico pátrio, o qual, intrínseca e concomitantemente está atrelado ao parcelamento acima citado, assim como sua viabilidade jurídica e qualquer eventualidade que possa confrontar com a previsão legal ali estabelecida, tendo em vista o fenômeno da insegurança jurídica pelo qual o Brasil passa atualmente.

Apesar de já destacado no relatório referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, merece ainda comentar em relação ao programa Especial de Regularização Tributária do Governo Federal, PERT, instituído pela MP 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, que a Administração da Companhia fez um minucioso estudo de viabilidade quanto a possível adesão ao Programa acima citado, sob a condição de desistência de parcelamento anterior, considerando as variáveis para utilização dos saldos acumulados de Prejuízos Fiscais e da Base de cálculo negativa CSLL, donde das simulações contemplando as reduções previstas restaram apuradas que, além de consumir grande parte da reserva de caixa acumulada para o pagamento do débito inscrito em dívida ativa, se obrigaria também a fazer relevante desembolso face ao Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro a despeito do reconhecimento das reduções dos Juros de mora, multas e de encargos legais. Por conseguinte, a Administração decidiu pela não adesão ao novo programa.

Entretanto, numa situação excepcional de dívida previdenciária, tendo como fato gerador a competência Set/2010, apurada em liquidação de sentença de ação trabalhista proposta pelo ex-diretor Sr. Theodor Hepp, a Companhia optou pelo parcelamento do débito da quantia de R\$ 219.855,67, a ser liquidado com pagamento de 5% em espécie e 95% com crédito oriundo do Prejuízo Fiscal acumulado (IN 1752/2017).

A dívida correspondente ao ICMS, inscrito em dívida ativa, teve seu parcelamento consolidado no mês de fevereiro de 2013, com base no convênio ICMS 86/97, em 96 parcelas, as quais estão sendo regularmente amortizadas nos respectivos vencimentos.

Permanece pendente de regularização parte do remanescente de FGTS, de período anterior ao da atual gestão- out/89 a fev/94 - correspondente à eventual multa incidente sobre as verbas fundiárias pagas diretamente aos trabalhadores em sede de RCT- Rescisão de Contrato de Trabalho ou RT- Reclamatórias Trabalhistas- processo judicial em fase de perícia técnica judicial para a correta apuração de valores; ação judicial interposta junto a Vara Federal ante a absoluta impossibilidade de entendimentos pela via administrativa com o órgão gestor – Caixa Econômica Federal.

Enquanto alguns débitos encontram-se pendentes de solução e de decisão judicial, inclusive de esfera trabalhista, utilizando exclusivamente recursos próprios, a Companhia continua amortizando dívidas contraídas em administrações anteriores.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

b. estrutura de capital

O capital é de R\$ 10.353.000,00 (Dez milhões e trezentos e cinquenta e três mil reais), totalmente integralizado e dividido em 11.900.000 (Onze milhões e novecentas mil) ações nominativas, das quais 3.966.667 (três milhões novecentas e sessenta e seis mil seiscentas e sessenta e sete) são ordinárias e 7.933.333 (sete milhões novecentas e trinta e três mil trezentas e trinta e três) são preferenciais, todas sem valor nominal.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossas maiores necessidades de recursos são para: (i) pagamento dos custos dos produtos vendidos; (ii) cumprimento do cronograma de pagamentos de acordos judiciais e administrativos; (iii) pagamento dos impostos diretos e indiretos relacionados as nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), IPI, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.

A principal fonte de recursos é o caixa gerado por meio da atividade operacional.

Acreditamos que os recursos existentes e a geração de caixa operacional serão suficientes para as necessidades de liquidez dos compromissos financeiros e a administração do passivo circulante, sobretudo referente às rubricas de Empréstimos e Financiamentos para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia só utiliza a sua própria geração de caixa como a única fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro para o corrente exercício.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, e, especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo com essas restrições.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2017	2016	
Bancos Privados	22.112.285	21.562.191	(a)
Banco do Brasil S/A	30.507.399	30.807.277	(b)
	52.619.684	52.369.468	
Parcelas de curto prazo	(22.262.224)	(21.712.130)	
	30.357.460	30.657.338	

a) Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Em 17 de dezembro de 2015, a Companhia liquidou acordo de pagamento de débitos com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa S.A., referente aos autos da execução nº 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e nº 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo e aguarda pronunciamento da Massa Falida do credor para declarar a quitação de eventuais débitos remanescentes.

- b) Com o credor Banco do Brasil S.A., vem sendo cumprido o acordo homologado nos autos da Execução nº 00000763.1990.8.19.0037 (1990.037.016790-3), ultimo aditamento em 23 de novembro de 2011, com vencimento final em 21 de agosto de 2019, ficando ratificado o título e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução. A consolidação das reduções pactuadas está sujeita ao pagamento integral do saldo ainda devido.

Não há operações de Empréstimos e financiamentos na controlada.

g. limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Atualmente a Companhia não opera com a utilização de limites de financiamentos contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alterações relevantes no conjunto das demonstrações financeiras.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial: i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita; ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Cenário Macroeconômico:

O nível de atividade da Companhia reflete os indicadores da Economia Brasileira e, em especial, o desempenho da indústria da construção civil.

As vendas de materiais de construção, que apresentaram uma queda de 6,6% no ano de 2014 em relação a 2013, conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção “ABRAMAT”, Jornal Valor Econômico de 23.01.2015, voltaram a cair no ano de 2015, apresentando uma queda de -12,6 %, (Descontada a inflação), no ano de 2016, de acordo com o IBGE, no varejo ampliado, que inclui material de construção, as vendas apresentam uma retração de mais -9,8 %, de acordo com o Jornal Valor Econômico de 23 de Dezembro de 2016, cenário que permaneceu no ano de 2017, como confirma o indicador consumo de cimento, uma queda de 6,4 % no volume vendido no ano, de acordo com os dados divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC), ao Jornal Valor de 11.01.2018.

O ICEI – Índice de Confiança do Empresário Industrial, Ano 19 – Número 12 – dezembro de 2017, em 52,9 pontos, vem demonstrar um cenário de otimismo com a recuperação econômica do Brasil, quando comparado com o índice de 48,0 de dezembro de 2016. A capacidade instalada da indústria passou a registrar melhores indicadores, com 78,1% de ocupação em janeiro de 2018, conforme Indicadores Indústrias- Ano 26 Numero 1 da CNI, na série livre de influências sazonais, um crescimento de 0,6 p.p. acima do registrado em janeiro de 2017 e, é o maior desde julho de 2015.

O Banco Central deverá continuar atuando na política monetária através da taxa de juros, com o objetivo de manter o regime de metas sobre a inflação. Tal política poderá afetar positivamente a expectativa de crescimento do PIB, cuja projeção para o ano de 2018 é positiva: + 2,8 %, conforme relatório Focus – Banco Central do Brasil – Janeiro de 2018.

Os subsídios ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), destinados a favorecer a aquisição da casa própria por uma camada maior da população, objeto de revisão permanecem indefinidos no curto prazo.

O custo da matéria prima segue pressionando o desempenho da indústria, acompanhado da elevada carga tributária e do seu complexo sistema de arrecadação, principalmente em relação ao regime de substituição tributária e ICMS estado destino, na operação de venda a consumidores finais ou equivalentes, no nosso caso, as “Construtoras”.

Cabe continuar destacando o alto grau de informalidade existente no mercado da construção civil, R\$ 10 bilhões/ano, segundo a Abrammat “Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção”, matéria do observatório da Construção da FIESP em janeiro de 2017, como também a concorrência desleal dos produtos de origem Chinesa, similares aos Nacionais, os quais apesar da apreciação cambial carregam forte impacto negativo no Nível das atividades da Companhia.

Assim, sob tal cenário, a direção da Companhia mantém-se atenta à realidade presente de que, dentre os diversos fatores, atores e agentes envolvidos no seu negócio, “o Mercado de hoje só visa preço”.

A cotação internacional “Bolsa de Londres – LME” das commodities metálicas como o Zinco, somado a majoração nos preços dos principais insumos, principalmente aço, e preços administrados pelo governo, continuarão provocando impacto no custo do produto vendido.

Os preços do setor caracterizam-se por variações graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, aos seguintes fatores: (i) variações no custo do produto vendido – matéria prima – mão de obra e energia elétrica; e (II) aumento ou redução na demanda por produtos de maior valor agregado por conta do crescimento, grau de confiança na política econômica, oferta de crédito ou ainda em função da capacidade de endividamento da população economicamente ativa.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve variações relevantes das receitas atribuídas a preços, taxa de câmbio, inflação e introdução de novos produtos; a variação ocorrida se deu em função da grande retração da atividade econômica no Brasil, -3,6 % no PIB e -6,6% na Produção Industrial no ano de 2016 = “Quadro síntese de Projeções – Focus Banco Central do Brasil-Março 2017”, situação que ainda reflete na indústria da Construção Civil, tendo o setor de material de construção apresentado uma retração de 5%, em 2017, com as vendas para o canal “construtoras” representando uma queda de 15%. “Projeção FGV – ABRAMAT – Jornal Valor de 11.01.2018”.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 houve impacto significativo de inflação sobre o Custo de insumos, o qual apresentou sua participação sobre a receita líquida de 32,76%, contra 30,35% em 2016, um incremento de 7,94% no custo geral dos insumos. Câmbio e Juros se mantiveram com impacto neutro no exercício.

10.3. Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não relevante

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício do ano de 2017 não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Opinião dos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS - IFRSS” OU “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS - IASS”), EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD - IASB ”

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As políticas contábeis têm sido aplicadas de modo consistente com todos os períodos apresentados em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 não ocorreram efeitos significativos que mereçam destaque.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nos últimos 3(três) exercícios sociais não constaram ressalvas nos relatórios dos auditores.

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos, desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I – Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e obrigações estes inerentes.

II – Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

III - Provisão para perdas em crédito:

A provisão para perdas em crédito foi constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

IV - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

V – Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

VI – Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP-Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás. Na controlada, compreende também o investimento em sua subsidiária integral Fullmetal Indústria e Comércio S.A., ajustado periodicamente pelo valor correspondente aos resultados líquidos desta, tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contrapartida ao patrimônio líquido da controladora.

VII – Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos.

VIII - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação específica vigente.

IX – Empréstimos e financiamentos:

Os financiamentos com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

X – Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

XI - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

XII – Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

XIII – Lucro (Prejuízo) por ação:

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos. ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos. iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços. iv. contratos de construção não terminada. v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

- b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b) natureza e o propósito da operação.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos realizados no exercício encerrado em 31/12/2017, na ordem de R\$ 1.027.332 (Um milhão, vinte e sete mil, trezentos e trinta e dois reais), foram destinados, na quase totalidade, para a manutenção do parque fabril, em substituição a máquinas e equipamentos obsoletos e deteriorados, objetivando aumentar a produtividade e a eficiência, assim como, atender as normas de segurança do trabalho “NR12”.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia seus projetos de investimento com geração própria de caixa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não teve desinvestimentos nos últimos exercícios sociais, bem como, não tem previsão para tal em 2018.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Até o momento, inexistem previsões relevantes de investimentos para o aumento da capacidade de produção; as instalações atuais ainda são capazes de suportar a necessidade de produção esperada para os próximos anos.

c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, em razão de não haver novos produtos e serviços em desenvolvimento. No limite da capacidade de investimento desenvolvemos constantemente atualizações de modelos complementares a nossa linha de produtos como parte de renovação e melhoria de nosso portfólio de produtos, não havendo pesquisa em andamento, tampouco investimentos consideráveis.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que possam influenciar de forma relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

ANEXO II

ARTIGO 9º, §1º, II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O Resultado Líquido Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2017, foi de prejuízo no montante de (-) R\$ 1.405.676 (Um milhão, quatrocentos e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais), que se soma ao prejuízo acumulado e ao patrimônio líquido negativo.

A Administração da Companhia submete à Assembleia, recomendando a sua aprovação, nos termos do parágrafo único do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 que o prejuízo do exercício deve ser, necessariamente, absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem, se existentes; como inexistentes, o prejuízo apresentado será integralmente destinado à conta de prejuízos acumulados.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros, sobre capital próprio já declarados.

Em 2017 a Companhia não declarou dividendos e nem juros sobre capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Em 2017 a Companhia não distribuiu lucro líquido do exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não foi distribuído dividendo em exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Em 2017 a Companhia não distribuiu lucro líquido do exercício.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos anteriores.

Em 2017 não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (Três) exercícios anteriores.**

	2017	2016	2015	2014
Lucro/Prejuízo líquido em R\$	- (1.405.676)	3.270.468	3.146.460	4.980.786

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (Três) exercícios anteriores.

Não houve distribuição de dividendo e juros sobre capital próprio nos três últimos exercícios anteriores.

Item 8 a 16, não aplicável a Companhia.

ANEXO III

INFORMAÇÕES RELATIVAS A PROPOSTA DE ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**ARTIGO 10 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09, ITENS 12.5 A 12.10 ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.**

12.5 – Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma da tabela:

Nome:	José Luiz Abicalil
Data Nascimento:	12/09/1952
Profissão:	Administrador de Empresas
CPF:	177.604.887/34
Cargo para qual está sendo indicado:	Presidente do Conselho de Administração
Data da Eleição:	30/04/2018
Data da Posse:	30/04/2018
Prazo do Mandato:	Três anos
Outros Cargos exercidos no emissor:	DRI
Indicado pelo Acionista:	Controlador
Número de Mandatos Consecutivos	8

Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes - Nova Friburgo / RJ, com cursos de especialização em Administração de Materiais, Planejamento Tributário, Contabilidade de Custos, Lógica / Programação e Análise de Sistemas, Planejamento de Informática nas Empresas, Informática para Executivos, Informações Empresariais e Planejamento Estratégico. Pós Graduado em Finanças pela COPPEAD/UFRJ, MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - Escola de Pós Graduação em Economia do Rio de Janeiro e Capacitação Empresarial IEL/FIRJAN/COPPE, Membro do Conselho Regional da FIRJAN - Nova Friburgo / RJ e do Conselho Empresarial da Construção Civil e de Assuntos Tributários- FIRJAN Rio de Janeiro, Tesoureiro do SINDMETAL/NF/RJ, Carreira progressiva nas áreas de Materiais, Contabilidade, Administração de Produção, Custos, Informática, Vendas, Administração Financeira, Planejamento Estratégico e Reorganização e Recuperação de Empresas.

Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais instaurados nos últimos 5 anos em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Nome:	Ney Coelho Rodrigues
Data Nascimento:	18/08/1945
Profissão:	Economista
CPF:	129.988.427-04
Cargo para qual está sendo indicado:	Conselheiro de Administração
Data da Eleição:	30/04/2018
Data da Posse:	30/04/2018
Prazo do Mandato:	Três anos
Outros Cargos exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo Acionista:	Controlador
Número de Mandatos Consecutivos:	1

Brasileiro, natural do Rio de Janeiro, RJ, economista pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, DEZ/1978, experiência na área financeira, administrativa e atendimento a clientes, funcionário do - BANCO DO BRASIL de abril/1965 a abril 1995, com progressão na carreira, nas agências exerceu praticamente todas as comissões da carreira administrativa, até o nível de gerência, na Direção Geral exerceu as funções de Assistente Administrativo e Assistente técnico, na CTRIN (comissão do trigo nacional) foi responsável pela compra e classificação de safras de trigo, para o Governo Federal, em região do Rio Grande do Sul, na VON FREIBURG MARCENARIA LTDA, Junho/2000, (micro empresa no segmento de madeira) exerce a função de Sócio administrador.

Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais instaurados nos últimos 5 anos em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Nome:	Braulio Rezende Filho
Data Nascimento:	27/03/57
Profissão:	Empresário
CPF:	516.221.3017-15
Cargo para qual está sendo indicado:	Conselheiro de Administração
Data da Eleição:	30/04/2018
Data da Posse:	30/04/2018
Prazo do Mandato:	Três anos
Outros Cargos exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo Acionista:	Controlador
Número de Mandatos Consecutivos:	nenhum

Brasileiro, natural de Nova Friburgo - RJ, formado em Administração de Empresas - Universidade Candido Mendes - 1986, Direito - Universidade Candido Mendes - 2002; Proprietário das empresas Rezende Materiais para Construção S/A, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Nova Friburgo, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sincomércio) de Nova Friburgo, Membro do Comitê Gestor da Certificação Digital do SPC Brasil, Diretor Distrital da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL) do Estado do Rio de Janeiro, Empresário do comércio varejista desde 1975. Dirigente sindical desde 1975.

Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais instaurados nos últimos 5 anos em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Nome:	Antonio Ranha da Silva
Data Nascimento:	02/01/1965
Profissão:	Contador / Economista
CPF:	833.063.667-49
Cargo para qual está sendo indicado:	Conselheiro de Administração
Data da Eleição:	30/04/2018
Data da Posse:	30/04/2018
Prazo do Mandato:	Três anos
Outros Cargos exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo Acionista:	Minoritário
Número de Mandatos Consecutivos:	1

Brasileiro, Contador/Economista, natural do Rio de Janeiro, mestre em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes - RJ, bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Gama Filho RJ. Foi auditor da KPMG Auditores no período de 1988 a 2001, responsável pelas áreas de auditoria em Instituições Financeiras e Transportes Marítimos e Terminais Portuários nos níveis do escritório do Rio de Janeiro e Brasil, respectivamente. Principal executivo financeiro da ALTM S.A., no período de 2001 a 2002 e desde 2003 tem se dedicado na prestação de serviços de auditoria e consultoria em médias e

grandes empresas dos seguimentos Financeiros, Comércio e Indústria, Prestação de serviços, Navegação Marítima e Terminais portuários. Professor concursado da Universidade Federal Fluminense na Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda - RJ. Membro da Comissão de Educação Profissional Continuada – CEPC do Conselho Federal de Contabilidade/CRC-RJ. Membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, Presidente da Comissão de Ética e representante adjunto do Brasil junto ao IFAC, no Comitê de pequenas e médias empresas de auditoria. Foi membro efetivo dos conselhos fiscais da Grendene S.A.(2011), COTEMINAS S.A.(2011), GPC Participações S.A. de 2001 até 2012 e da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.(1999, 2000, 2008 e 2009). Possui Certificado Nacional de Auditor Independente - CNAI, para atuar em auditorias de Companhias de Capital Aberto (CVM) e Instituições Financeiras (BACEN). É professor da FGV Management e diversas outras instituições de ensino em cursos de MBA, pós-graduação e de educação profissional continuada ligados às áreas de auditoria, contabilidade, controladoria e tributos. Integrante da equipe de Autores do Livro Auditoria das Demonstrações Contábeis, da série Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria do FGV Management, FGV Editora, 2007.

Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais instaurados nos últimos 5 anos em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Nome:	Gustavo Adolfo Traub
Data Nascimento:	24/03/1979
Profissão:	Engenheiro Civil
CPF:	026.752.379-30
Cargo para qual está sendo indicado:	Conselheiro de Administração
Data da Eleição:	30/04/2018
Data da Posse:	30/04/2018
Prazo do Mandato:	Três anos
Outros Cargos exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo Acionista:	Preferencialista
Número de Mandatos Consecutivos:	Nenhum

Brasileiro, Engenheiro Civil, Bacharel em Administração com Ênfase em Finanças - FAE Business School - 2004, residente e domiciliado em Curitiba, PR, Fertipar - Fertilizantes do Paraná Ltda - Abril 2008 - Atual, Superintendente de Suprimentos - Trading Internacional, - Reportando-se ao Diretor Comercial, definindo e implementando as estratégias para negociação e compra de Matéria Prima no mercado internacional de commodities para Fertilizantes Agrícolas, Atuação ativa com as diversas equipes comerciais, - Definição de precificação e estratégia de venda para diferentes canais de distribuição, - Planejamento e acompanhamento da cadeia de suprimentos das diversas filiais do Grupo - Avaliação das alternativas logísticas de suprimentos e viabilidade de novas plantas dentro do país, - Análise de oferta e demanda do mercado local e internacional, buscando redução de custos e maximização da rentabilidade das operações da companhia. •RNI Rodobens Negócios Imobiliários SA - Abril 2016 - Atual, Conselheiro Fiscal - Membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa, com capital aberto na Bovespa/B3 com ticker RDNI3, •HSBC Bank Brasil S.A. - Abril 2007 - Abril 2008, Gerente de Planejamento e Controle Premier & Personal Investment Business: - Reportado-se a Diretoria de Varejo de Alta Renda era o responsável pelo controle e planejamento deste segmento (produtos, receitas, despesas, estratégia de crescimento) - Definição das estratégias de vendas de produtos de investimentos para os diversos segmentos pessoa física, com adequação de grade de produtos, definição de metas e análise de desempenho - Comunicação para a Rede de Agências (gerentes de relacionamento) sobre produtos (tipos, características e estratégias) e mercado financeiro - Análise da Indústria de Fundos de Investimentos - HSBC Vida e Previdência Brasil S.A. - Junho 2005 a Abril 2007.

Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais instaurados nos últimos 5 anos em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Conselheiro	Participação em Reuniões
José Luiz Abicalil	100%
José Waldevir Malhard	100%
Nilton Vieira de Oliveira	100%
Ney Coelho Rodrigues	100%
Antonio Ranha da Silva	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais estruturas não sejam estatutárias

A companhia não dispõe de tal estrutura.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro de comitês estatutários, bem como comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar em formato de tabela o percentual de participações em reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não se aplica

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administrador do emissor

Não existente.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administrador de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não existente.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, direta ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não existente.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladas, diretas ou indiretas do emissor

Não existente

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não existente

b. Controlador direto ou indireto do emissor

Não existente

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não existente

ANEXO IV

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global mensal destinada à remuneração dos administradores da Companhia, em igual valor determinado para o exercício encerrado em 31/12/2017, qual seja R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social, corrigida anualmente no mínimo pelo reajuste da categoria e acrescida quando aplicável, do pagamento de despesas de INSS, FGTS, férias, 13º e participação nos resultados.

O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores.

INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos administradores é calculada na forma da lei e adequada ao porte da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta por honorários fixos mensais para o Conselho de Administração e salário mensais para a Diretoria estatutária no limite da verba global aprovada.

O objetivo da remuneração estabelecida é compensar adequadamente a competência e a responsabilidade alinhada aos interesses e disponibilidade da Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não se aplica

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Por se tratar de Diretores funcionários seus salários são reajustados com base nas respectivas convenções coletivas e na evolução da verba global aprovada assim como os membros do Conselho de Administração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A razão para composição da remuneração é em função da situação e disponibilidade da Companhia e o vínculo dos executivos, grau de responsabilidade e atribuições.

c. **principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Não se aplica.

d. **como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Não se aplica.

f. **existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não se aplica

g. **existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do emissor**

Não estabelecida

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- | | |
|------|---|
| a. | Órgão |
| b. | Número de membros |
| c. | Remuneração segregada em: |
| I) | Remuneração fixa anual, segregada em: |
| • | Salário ou pró-balore |
| • | Benefícios diretos e indiretos |
| • | Remuneração por participação em comitês |
| • | Outros |
| II) | Remuneração variável, segregada em: |
| • | Bônus |
| • | Participação nos resultados |
| • | Remuneração por participação em reuniões |
| • | Comissões |
| • | Outros |
| III) | Benefícios pós-emprego |
| IV) | Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo |
| V) | Remuneração baseada em ações |
| d. | Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal |
| e. | Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal |

Valores de Remuneração reconhecidos no exercício social de 2015, 2016 e 2017 referentes ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

ANO 2015	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	117.955	670.321
- Honorários / Pró Labore	98.296	563.295
Encargos Sociais	19.659	107.026
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

ANO 2016	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	128.143	695.812
- Honorários / Pró Labore	106.786	584.716
- Encargos Sociais	21.357	111.096
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

ANO 2017	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	128.143	745.191
- Honorários / Pró Labore	106.786	626.211
- Encargos Sociais	21.357	118.980
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

Valores de Remuneração previstos para o exercício social de 2018 referentes ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:

ANO 2018	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	141.600,00	773.500,00
- Honorários / Pró Labore	118.000,00	650.000,00
- Encargos Sociais	23.600,00	123.500,00
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

NA - Não aplicável

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Não aplicado remuneração variável nos três últimos exercícios. A verba global proposta para o exercício de 2018 é de R\$ 64.000,00, mensais, acrescida de encargos.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

a. Termos e condições gerais:

Não aplicável

b. Principais objetivos do plano:

Não aplicável

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Não aplicável

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

Não aplicável

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

Não aplicável

f. Número máximo de ações abrangidas:

Não aplicável

g. Número máximo de opções a serem outorgadas:

Não aplicável

h. Condições de aquisição de ações:

Não aplicável

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Não aplicável

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

Não aplicável

k. Forma de liquidação:

Não aplicável

L. restrição à transferência das ações:

Não aplicável

m. **critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:**

Não aplicável

n. **efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:**

Não aplicável

13.5. Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em atendimento a Lei nº 6.404/76, os membros do Conselho de Administração possuem as seguintes quantidades e espécies de ações emitidas pela Companhia:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
MEMBROS	ON	PN
JOSÉ LUIZ ABICALIL	-	296
ANTONIO RANHA DA SILVA	300	-
GUSTAVO ADOLFO TRAUB	1	1000
BRAULIO REZENDE FILHO		100
NEY COELHO RODRIGUES	100	-

Os Membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários não possuem ações da sociedade controlada “subsidiária Integral”.

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Executiva.

13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

Não aplicável.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

Não aplicável.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação; c. modelo utilizado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se outras características da opção foi incorporada na mensuração do valor justo.

Não aplicável.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, a diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. Órgão
- b. Número de membros
- c. Valor da maior remuneração individual
- d. Valor da menor remuneração individual
- e. Valor médio de remuneração individual

Remuneração relativa aos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017, do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária sem Encargos:

ANO 2015	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual/ano	26.344	374.044
Valor da menor remuneração individual/ano	12.698	189.251
Valor médio de remuneração individual/ano	19.659	281.647

ANO 2016	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual/ano	27.960	381.245
Valor da menor remuneração individual/ano	11.722	203.471
Valor médio de remuneração individual/ano	21.357	292.358

ANO 2017	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual/ano	27.960	411.497
Valor da menor remuneração individual/ano	11.722	214.714
Valor médio de remuneração individual/ano	21.357	313.105

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

Não há arranjos contratuais ou de indenização para os administradores.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve qualquer outra remuneração que não da função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável, a Companhia não remunera membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária de sociedades controladas diretas ou indiretas.

13.16 Outras Informações Relevantes.

Não existem outras informações relevantes.